

cpccrd.pt

30.000 COLECTIVIDADES ESPERAM POR SI!

Viva saudável e feliz!
Associe-se!
Participe!



Cultura, Recreio e Desporto para todos!

"Falar da actual importância desta rede associativa é falar da nossa própria maneira de ser e de estar. Em comunidade e com a comunidade."

MARCELO REBELO DE SOUSA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Cofinanciado por:



Plano de Atividades e Orçamento 2022

Lisboa, 11 de dezembro 2021

ÍNDICE

Introdução, p. 3

1. Organização, estrutura e funcionamento, p.4

2. Informação, comunicação e imagem, p. 5

3. Sustentabilidade financeira, p. 6

4. Recursos Humanos, p. 6

5. Sede Social, p. 7

6. Estudos e publicações, p. 8

7. Capacitação, p. 8

8. Projetos diversos, p. 9

9. Processos reivindicativos/negociações/registos, p. 11

10. Relações internacionais, p. 12

Notas finais, p. 12

Introdução

O ano 2022 será um ano a muitos títulos especial.

Por um lado, termina o mandato dos órgãos sociais da Confederação (2019/2022), sendo estatutariamente obrigatória a realização de eleições para o novo mandato: 2022/2025.

Por outro lado, está em curso uma revisão estatutária, uma vez que os atuais Estatutos foram aprovados (e registados a 29 maio de 2003) e desde então muita coisa mudou na sociedade, no MAP e, naturalmente, na Confederação.

Importará considerar, ainda, a pandemia da COVID-19, por debelar – e que continuará a condicionar a nossa atividade.

São demasiados dúvidas e dilemas com que nos deparamos quando estamos a preparar uma proposta a apresentar ao CN – Conselho Nacional, órgão competente para aprovar ou rejeitar o PAO.2022.

Ainda assim, importa cumprir os Estatutos e apresentar uma proposta. Daí termos optado por considerar o que falta fazer do plano de ação do mandato; e adotar uma lógica de continuidade – mantendo os pilares essenciais que nos têm norteado nos últimos anos: fazer o diagnóstico em colaboração com as Estruturas e as Filiadas; refletir sobre as soluções; e apresentar propostas internas ou externas de acordo com os nossos valores e perspetivas.

Este PAO – Plano de Atividades e Orçamento aponta para o desenvolvimento dos principais projetos que estão assumidos com entidades externas (Governo/POISE e Ministério da Cultura) e promove as relações com entidades e estruturas nacionais (Assembleia da República; Governo; CES; CPES; CND; CNES; COP; CPV, entre outras) e internacionais (FEAF; OEIA, entre outras).

As relações institucionais com as Estruturas Descentralizadas terão igualmente um lugar central neste PAO, desde logo porque são essenciais para a organização e proximidade com as filiadas e sobretudo com as cerca de 33.000 Coletividades existentes.

A diversificação das fontes de receita e sustentabilidade financeira, a política de Recursos Humanos, a instalação da Sede Social serão igualmente áreas a considerar como essenciais para o futuro da Confederação.

Ainda assim, subsiste a possibilidade de os futuros órgãos sociais, eleitos em 2022, poderem submeter ao CN um novo PAO ou um PAO retificativo. São os mecanismos legais e a democracia interna a funcionar.

Como sempre, a decisão final cabe às Filiadas que são quem detém o poder nesta Confederação.

1. Organização, estrutura e funcionamento

Quando falamos de organização, estrutura e funcionamento devemos pensar em algo que, sendo essencial, não é um fim em si mesmo.

A organização, estrutura e funcionamento fazem sentido se aplicadas ao reforço interno das interações entre órgãos, aprofundando a democracia e a participação; à ligação com as Filiadas e na procura de novas filiações; para reforço da coesão e representação associativa perante terceiros; e ainda como meio de sermos mais eficazes nas medidas e com maior impacto positivo junto dos Dirigentes Associativos.

Porque é a nossa Confederação quem analisa, reflete, projeta e propõe políticas públicas e estabelece parcerias com entidades sociais e privadas para todo o MAP, podemos afirmar que representamos todo o MAP e não apenas as nossas Filiadas. Conquistámos esse direito e sentimos a responsabilidade desse dever.

A cooperação institucional entre os vários órgãos sociais da Confederação, as Estruturas Descentralizadas e as Coletividades Elo deverão ser reforçadas quer por disposições estatutárias, quer por práticas democráticas já experimentadas com êxito. A estruturação passa por continuar a criar Federações Distritais ou Regionais e Associações Concelhias onde as Filiadas o desejarem. As Coletividades Elo preencherão temporariamente esses espaços orgânicos onde não existirem Estruturas Descentralizadas.

Por outro lado, pela sua proximidade e conhecimento da realidade local, as Estruturas Descentralizadas podem prestar apoios técnicos, logísticos e de cooperação multilateral entre Coletividades funcionando como centros de recursos e facilitadores de contactos com os poderes locais e regionais públicos, mas também com entidades privadas e setor social.

Sem colocar em causa a autonomia das estruturas, há ainda um caminho a fazer no aprofundamento da articulação e cooperação com a CPCCRD e entre estruturas descentralizadas.

A vida mostra que um trabalho regular de contactos e troca de experiências entre Dirigentes das Estruturas Descentralizadas, concentrados na procura de soluções para ajudar as Filiadas e não Filiadas, é o melhor contributo para a coesão do MAP.

Com a retoma pós-pandemia, volta a colocar-se a necessidade e oportunidade das representações da Confederação e Estruturas Descentralizadas junto das Filiadas o que favorece a proximidade e reforça a tão necessária solidariedade associativa.

2. Informação, comunicação e imagem

2.1. Comunicação social

1. Atualizar os contactos de toda a imprensa nacional, regional e local e fazer um levantamento de contactos de jornalistas que possam ser uma porta aberta para aquilo que pretendemos comunicar para agregar à listagem já existente.
2. Devemos criar iniciativas e apresentar as nossas propostas de forma criativa de forma a ganhar a comunicação social.
3. Enviar notas e comunicados de imprensa, mas reforçar o contacto telefónico com os jornalistas.
4. Nos comunicados, usar citações de dirigentes. Os jornalistas gostam de citar fontes como se tivessem falado com elas.
5. Sugerir entrevistas com dirigentes ou reportagens em torno de questões concretas.

2.2. Redes sociais

1. Criar conta no Twitter, Instagram e LinkedIn.
2. Adaptar os conteúdos que publicamos às características do algoritmo de cada rede social. Isto implica dar atenção às horas em que fazemos publicações, ao intervalo de tempo entre publicações e à forma e conteúdo das publicações.
3. Privilegiar elementos que possam trazer mais seguidores e visualizações através de imagem e vídeo.
4. Publicar em janeiro um vídeo curto em que se explique o que é a Confederação e a sua importância.
5. Fazer campanhas nas redes sociais com elementos gráficos para afirmar a Confederação e trazer mais seguidores.
6. Pedir vídeos e fotografias das atividades das estruturas e associações de norte a sul do país para irmos divulgando nas diferentes redes. Pode tanto ser de um debate como de um torneio de xadrez.
7. Usar a estrutura da Confederação para aproximar os associados das nossas contas nas redes sociais divulgando-as junto das associadas.

2.3. Revista Elo Associativo

1. O assessor de comunicação passa a editar o Elo Associativo em ligação com o elemento da direção que acompanha a área da comunicação.
2. Newsletter no site. Quem subscreve recebe Elo Associativo.
3. Renovação da revista em três fases:
 - a) Proposta de reestruturação editorial (conteúdos, secções, dimensão de texto) com o objetivo de tornar o Elo mais atrativo e de fácil leitura (janeiro)
 - b) Proposta de nova imagem gráfica (abril)

c) Desmaterializar e publicar os conteúdos de cada artigo do Elo na plataforma (novembro).

2.4. Plataforma digital

1. Atualizar plataforma com conteúdos do Elo, notas associativas, comunicados de imprensa, newsletters.
2. Atualização da agenda com maior regularidade.

2.5. Capacitação de dirigentes na área da comunicação

Formação básica em comunicação (contacto com comunicação social e comunicação digital) com o assessor de comunicação ao longo de 2022 (4 ações descentralizadas através dos Gabinetes).

3. Sustentabilidade Financeira

A CPCCRD pretende garantir a sua sustentabilidade financeira e autonomia, por via de uma efetiva diversificação das fontes de financiamento. O ano de 2022 será por certo um ano difícil a nível económico, financeiro e social, com impacto na vida das coletividades e suas estruturas. Importa reforçar as parcerias existentes e criar novas parcerias. E dar continuidade a projetos que promovem o trabalho do MAP e contribuam para o reforço da sustentabilidade da CPCCRD.

Com esse propósito, pretende-se, em 2022, promover por via dos Gabinetes e Polos de Atendimento quer a entrada de novas filiadas; quer a celebração de novos Protocolos com as Autarquias (Municípios e Freguesias).

A cobrança de quotas, os Projetos Nacionais, os Protocolos, a venda de publicações, as ações de sensibilização, bem como a prestação de serviços associativos são essenciais para o equilíbrio financeiro da CPCCRD. Continuaremos apostados em fortalecer estas receitas.

Para além disso, daremos início à criação de uma Central de Compras destinada a obter condições especiais e vantajosas para a CPCCRD, estruturas e filiadas.

4. Recursos Humanos

4.1. O Quadro de Pessoal da Confederação tem (e manterá em 2022) a seguinte composição:

- 1 Chefe de Secção

- 1 Gestor de Projeto
- 5 Técnicos Administrativos (na sede e nos gabinetes)

Para além disso, a CPCCRD manterá os seguintes contratos de prestação de serviços:

- 1 Advogado (Contratação Pública)
- 1 Advogado (Aconselhamento Jurídico Associativo)
- 1 Contabilista Certificada
- 1 Assessor de Comunicação e Imagem
- 1 Técnico de Limpeza

4.2. De acordo com a legislação em vigor, serão garantidas todas as condições de Higiene e Segurança no Trabalho, nomeadamente no que se refere a exames médicos periódicos no âmbito da Medicina no Trabalho, verificação e adequação de boas condições físicas e ambientais nas instalações e local de trabalho e contratação de seguro de acidentes de trabalho, entre outras.

4.3. Serão asseguradas a cada trabalhador do Quadro de Pessoal da Confederação as formações profissionais adequadas às funções de acordo com o histórico associativo e a verificação de necessidades.

4.4. Pretende-se consolidar o trabalho de dignificação e valorização profissional de todos os trabalhadores, segundo os princípios da igualdade de tratamento e de género, bem como da não-discriminação.

4.5. Para cumprimento de obrigação legal, pretende-se adotar um código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho.

5. Sede Social

Após um longo processo de negociações entre a Confederação e a CMLx(2016/2021), parece haver consenso quanto às áreas e aos espaços/pisos a ocupar pela CPCCRD no edifício da Rua Maria Andrade.

A última proposta apresentada pela CMLx já considerava o aumento de cerca de 50% de área (aproximadamente 600m²), comparativamente com as atuais instalações (400m²), e a ocupação das áreas principais em 2 pisos acima do solo.

A resposta positiva da Confederação aponta para que as alterações a fazer nas áreas do 1º e 2º pisos do prédio (cerca de 400m2) sejam da responsabilidade da CMLx bem como o apoio à mudança (carga, transporte e descarga).

O espaço partilhado com outras entidades ali sedeadas, caso do Auditório, parece-nos uma solução aceitável. O espaço dedicado ao Arquivo Geral da Confederação é amplo e satisfaz as exigências do importante acervo documental nacional associativo.

Prevê-se que o processo de obras de adaptação, mudança e instalação definitiva possa realizar-se no 2º semestre de 2022.

A Confederação manteve e manterá a posição de defender a reinstalação da Federação das Coletividades do Distrito de Lisboa e de instalação da Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais em espaços próprios e adequados no mesmo edifício.

6. Estudos e Publicações

6.1. Concretização do plano de atividades do Observatório do Associativismo Popular (OBAP), que passará, designadamente:

- pelo desenvolvimento de estudo sobre o envelhecimento ativo em Portugal;
- pelo desenvolvimento de estudo sobre a história do associativismo popular (II parte), objeto de candidatura a Programa da Fundação Calouste Gulbenkian;
- pelo desenvolvimento do projeto Escola do Associativismo.

6.2. Publicação de mais um número da Análise Associativa, o n.º 9, que terá como tema em destaque "A participação dos jovens no associativismo popular".

6.3. Publicação do estudo "Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto", realizado com a coordenação científica do ISCTE-IUL e apoiado pela Fundação Montepio.

7. Capacitação

Está assumido desde 2015 que este é o principal projeto da Confederação, resultado de sermos Parceiros Sociais (2003) com assento no CES – Conselho Económico e Social (2012).

Esta Capacitação destina-se a todos os 70 membros dos Órgãos Sociais da Confederação, 350 membros das Estruturas Descentralizadas e 30 Jovens Dirigentes. Poderão ainda

participar, excecionalmente, outros Dirigentes de Filiadas e não Filiadas desde que registados.

É uma oportunidade para reforçarmos o conhecimento empírico e científico da nossa estrutura nacional e de centenas de Dirigentes, mas também novas formas de trabalhar, novos modelos de gestão associativa com recurso a meios técnicos, tecnológicos e digitais, financeiros e, sobretudo, com maior participação e democracia.

A Designada Fase 3 teve início a 1 de março de 2021 e perspectiva-se o seu final para setembro de 2022. Admite-se a possibilidade, em cooperação com as restantes famílias com presença no CNES, de propor o final desta fase para dezembro de 2022.

De qualquer forma, os compromissos estão assumidos e devem ser cumpridos, quer no que respeita às atividades previstas, quer no que respeita aos valores financeiros aprovados (mais de 700m€).

O funcionamento dos 4 Gabinetes e a sua futura sustentabilidade é uma prioridade. A Formação de Dirigentes e Trabalhadores da Confederação e Estruturas está prevista e será uma realidade. As atividades e subactividades centrais e dos Gabinetes serão o alimento e a evidência deste projeto.

Áreas como a Comunicação, Informação e Imagem, a operacionalidade da Plataforma MAP, as relações com entidades externas (e estrangeiras) promovendo o MAP a nível nacional e internacional, são outros tantos objetivos deste projeto.

No ano de 2022, teremos que encerrar este ciclo e propor um novo ciclo 2023/2030, pelo que a experiência adquirida vai ser essencial, mas também iremos precisar de “rasgo” e de ideias que projetem o nosso associativismo, pelo menos, até ao final da década (2030).

8. Projetos diversos

8.1. Desporto para todos

Depois da elaboração e apresentação de um projeto sobre Desporto para Todos ao IPDJ em 2021 e termos sido notificados do indeferimento do mesmo por falta de verba disponível, contamos repor essa candidatura no ano 2022.

O orçamento apresentado apontava para um valor de cerca de 300 mil euros, sendo que cerca de 250 mil euros seriam para distribuir pelas Coletividades que integrassem o projeto e desenvolvessem atividades de acordo com o regulamento.

Se este projeto for aprovado em 2022, contribuirá para a retoma de atividades em cerca de 500 Coletividades, para a implementação do conceito e prática de Desporto para Todos e para a sustentabilidade das Coletividades participantes.

8.2. Gerontologia Associativa Preventiva - GERAP

Sendo um Projeto dedicado aos Dirigentes Associativos com mais de 65 anos, é também um projeto que visa como público-alvo os associados e utentes das nossas Coletividades, sobretudo aqueles/as que, no outono da vida, frequentam os espaços associativos como forma de socializar e de compensar o isolamento e solidão.

Este projeto, conjugado com o Desporto para Todos, poderá oferecer uma importante alternativa a um envelhecimento ativo e saudável às comunidades onde as nossas coletividades se inserem.

Este projeto poderá, através de parcerias a estabelecer, ter apoios de entidades públicas e sociais. Poderá ainda concorrer a prémios nesta área.

8.3. Cantar em Liberdade – Coros de Portugal

Trata-se de um programa de concertos corais, que tem o apoio do Ministério da Cultura, e contará com a participação de 40 Grupos Corais, num total de mais de 750 coralistas.

Este programa teve início em outubro de 2021 e irá decorrer até março de 2022. Os concertos serão realizados de forma descentralizada em cinco cidades: Covilhã, Beja, Porto, Lisboa e Setúbal. E sempre que possível em edifícios de interesse histórico ou relevância turística.

8.4. Animar Zonas Históricas

Este projeto visa promover e incrementar a cidadania ativa, a participação, cultura, lazer e desporto, bem como dinamizar e reforçar as sociabilidades locais e de proximidade na ótica da salvaguarda das identidades e na defesa do comércio local.

Com o aparecimento da Pandemia, esta área teve uma natural paragem por razões de segurança sanitária. Pretende-se retomar o projeto no ano de 2022 conjuntamente com a nossa parceira de projeto a CPPME – Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas.

8.5. Plataforma Jovem

Daremos continuidade à integração de jovens nas iniciativas centrais, mas também específicas para esta faixa etária como aconteceu com a participação no GT da CPES para a Transição Digital e Inovação Social e o Debate sobre “Intergeracionalidade associativa”.

No âmbito da execução da 3ª fase do Projeto Capacitação do POISE, com verba destinada e aprovada, desenvolveremos um festival de “Cinema de Curtas Metragens”. Este festival terá lugar durante o ano 2022.

No horizonte para 2022 está também prevista a realização de um Encontro de Jovens Associativistas e a Comemoração do Dia Nacional da Juventude.

8.6. Fórum Álcool e Saúde – FNAS

Em desenvolvimento dos compromissos do FNAS, pretende-se proceder à distribuição eletrónica de um desdobrável que visa alertar para as consequências do consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

8.7. (In) Formação Protocolada com Autarquias

Pretende-se em 2022 dinamizar os atuais protocolos existentes, com mais ações e voltando, logo que possível, à formação presencial.

Para além disso, continuaremos a desenvolver esforços com vista a aumentar o número de protocolos com as autarquias.

8.8. Cooperação com movimentos sociais

Daremos seguimento às relações com outras entidades congéneres, ou seja, de âmbito associativo e defesa de causas humanistas, cívicas, participativas e democráticas. No âmbito dos objetivos estatutários e programáticos para o mandato, continuaremos a cooperar com o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC); União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP); Movimento Erradicar a Pobreza (MEP); Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI); Movimento Democrático das Mulheres (MDM), Associação Bento de Jesus Caraça (ABJC) e Movimentos de Utentes dos Serviços Públicos.

8.9. Dia Nacional das Coletividades

Promover as Comemorações do Dia nacional das Coletividades de acordo com temas e iniciativas que visem a prossecução dos desígnios nacionais da nossa Confederação e do Movimento Associativo Popular ao nível local, regional, nacional e internacional.

9. Processos reivindicativos/negociações/registos

- Prosseguir os esforços de sensibilização junto dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República para que estes apresentem iniciativas legislativas de acordo com as nossas propostas de revisão da legislação associativa apresentadas em 2017.
- Procurar anular a obrigação do Registo Central do beneficiário Efetivo (RCBE) para as associações/coletividades.
- Prosseguir com a reivindicação de Tempo de Antena da Confederação.
- Apresentar propostas para o Orçamento do Estado de 2023.
- Registrar o título "Elo Associativo" como órgão oficial da Confederação, assim como o seu logotipo.
- Registrar a marca "Rotas do Associativismo".

10. Relações Internacionais

Tendo em conta a realidade Covid19, os seus impactos no ano 2020 e 2021 e o nível de incerteza para 2022, torna-se oportuno retomar as ligações e atividades junto da comunidade portuguesa na Diáspora Lusa espalhada pelo Mundo, incentivando e contribuindo para o desenvolvimento de relações de proximidade, fundamentais para o equilíbrio emocional e autoestima tão necessários nesta fase.

Com base neste pressuposto, torna-se importante rastrear as Associações Lusas, por continentes e por categorias de intervenção, admitindo-se que estas possam ter um estatuto especial quanto à inscrição/filiação, valor da quota, direitos e deveres.

As prioridades da nossa Confederação nesta área continuam a ser:

- Relações ibéricas com a FEAF-Federação Espanhola de Artes e Folclore, com quem temos protocolo e compromissos bilaterais;
- Relações com a OEIA-Organização de Estados Ibero Americanos, com quem temos desenvolvido contactos regulares;
- Relações com a CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa onde temos assumido o papel de consultores na área cultural, podendo evoluir para Membro Observador.

Notas finais

Este será o último PAO dos atuais órgãos sociais. Tem como referência central o plano de ação para o mandato. E visa assegurar o cumprimento dos compromissos plasmados nesse plano de ação.

Deve acrescentar-se que este foi um mandato atípico e por várias razões. Dos três anos de mandato, dois terços ficaram marcados pela pandemia da COVID-19. Fortes constrangimentos à nossa ação. Novos desafios. Novas necessidades. Maior exigência.

Apesar disso, pode dizer-se que se conseguiu concretizar a grande maioria das ações que estavam programadas. E se conseguiu dar uma resposta cabal aos grandes desafios colocados pela pandemia.

Não se fez tudo bem. Nem tudo o que era necessário. Mas muito se fez e com grande exigência para todos.

Cabe aqui uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores e prestadores de serviços da CPCCRD. Pela capacidade de adaptação, pela disponibilidade e competência; e pela vontade de aprender sempre.

Também uma nota de apreço pela relação próxima e colaborativa entre os vários dirigentes e órgãos sociais da CPCCRD. O espírito de equipa foi um fator diferenciador do nosso trabalho – e essencial para o que se conseguiu concretizar.

Finalmente, uma palavra final para destacar a importância crescente das parcerias e do trabalho em parceria. Que se sentiu muito – e que tenderá a adensar-se em próximos mandatos:

- Em primeiro lugar, e com destaque, a parceria entre estruturas da CPCCRD e do MAP. Juntos seremos mais fortes.
- Em segundo lugar, as parcerias com as autarquias locais. Muito se fez. E muito mais poderemos fazer.
- Em terceiro lugar, as parcerias com outras “famílias” associativas. É possível fazer mais e com menos recursos se trabalharmos em conjunto.
- Em quarto lugar, as parcerias com as universidades. O OBAP é um bom exemplo dessas parcerias.



PROPOSTA ORÇAMENTO ANO 2022

RUBRICAS	PROVEITOS	%	GASTOS	%
Serviços Gerais - Gastos de Funcionamento				
- Trabalhadores Dependentes + Prestadores de Serviços (Valores não imputados aos projetos)(1)	0,00	0,00%	21 838,86	2,80%
- Gastos de Funcionamento (Valores não imputados aos projetos)	500,00	0,06%	21 000,00	2,73%
<i>Sub-Total</i>	500,00	0,06%	42 838,86	5,53%
- Quotas Confederação	65 000,00	8,44%	2 000,00	0,30%
- Quotas Federações Distritais	8 000,00	1,04%	0,00	0,00%
- Quotas Associações Concelhias	15 000,00	1,95%	0,00	0,00%
- ELO - Quotas Colectividades ELO	500,00	0,06%	0,00	0,00%
- Sede Nacional (Mudança+Museu,Biblioteca e Centro de Documentação)	37 000,00	4,80%	60 000,00	7,79%
- Donativos	4 000,00	0,52%	0,00	0,00%
<i>Sub-Total</i>	129 500,00	16,81%	62 000,00	8,09%
TOTAL 1	130 000,00	16,88%	104 838,86	13,61%
Projectos				
Desporto para TODOS!	1 000,00	0,13%	1 000,00	0,13%
Rotas do Associativismo	1 000,00	0,13%	1 000,00	0,13%
Animar Zonas Históricas	0,00	0,00%	1 000,00	0,13%
GERAP - Geriatria Associativa Preventiva	1 000,00	0,13%	1 000,00	0,13%
Salvaguarda dos Arquivos Associativos	1 000,00	0,13%	1 000,00	0,13%
Capacitação das Organizações com Rep. No CNES-POISE - 3ª fase - 12 meses ano 2022==> Prorrogação	544 810,68	70,74%	544 810,68	70,74%
Projeto COROS	40 000,00	5,19%	40 000,00	5,19%
Outros (Bolsas e Apoios)	6 000,00	0,78%	6 000,00	0,78%
<i>TOTAL 2</i>	<i>594 810,68</i>	<i>77,24%</i>	<i>595 810,68</i>	<i>77,36%</i>
Formação Geral Associativa - Protocolos Autarquias, CLDS's (14 Protocolos*750,00 euros)	10 500,00	1,36%	2 000,00	0,26%
Estruturação Associativa	0,00	0,00%	1 000,00	0,13%
Aniversário e Dia Nacional das Colectividades	1 000,00	0,13%	2 000,00	0,26%
Representações/Filiadas - Brindes	0,00	0,00%	2 100,00	0,27%
Informação, Comunicação e Imagem (Elo Associativo)	0,00	0,00%	1 000,00	0,13%
Filiações (Quotas)	0,00	0,00%	1 920,00	0,25%
Venda de Livros	800,00	0,10%	750,00	0,10%
Análise Associativa - Edição da Revista	2 500,00	0,33%	2 500,00	0,32%
Formação Via Estruturas e Academia do Distrito do Porto	0,00	0,00%	1 000,00	0,13%
Estágios Curriculares Profissionais	500,00	0,07%	500,00	0,06%
Consultoria Associativa Preventiva (ASAE;SPA;IGAC;IPDJ)	1 000,00	0,13%	1 500,00	0,19%
Relações Internacionais	0,00	0,00%	2 700,00	0,35%
História da Confederação (1924/1974)	28 000,00	3,64%	28 000,00	3,64%
Representações Institucionais	1 000,00	0,13%	6 000,00	0,78%
Relações com Movimentos e Organizações Sociais	0,00	0,00%	500,00	0,06%
<i>TOTAL 3</i>	<i>45 300,00</i>	<i>5,88%</i>	<i>53 470,00</i>	<i>6,93%</i>
SUBTOTAL	770 110,68	100,00%	754 119,54	97,92%
SALDO POSITIVO			15 991,14	2,08%
	770 110,68	100,00%	770 110,68	100,00%

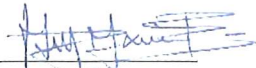

Orçamento ano 2021	575 723,00
Orçamento ano 2020	360 808,97
Orçamento ano 2019	390 806,69
Orçamento ano 2018	395 721,30
Média últimos 4 anos	<u>430 764,99</u>

Notas:

(1) A previsão de gastos com Pessoal e Prestadores de Serviços e os respetivos encargos sociais totaliza Euros 132.468,07, dos quais, apenas, Euros 21.838,86 não serão imputados a projetos.

(2) Os valores considerados no POISE resultam de :

3ª Fase Euros 544 810,67 = 12 meses => Pedido Prorrogação 3 meses


 Presidente

 Tesoureiro